

Armas não são solução para a guerra em Moçambique

Séc Jb 10/7/89

— diz o governador da província do Niassa

O governador provincial do Niassa, Júlio Nchola, afirmou em Lichinga não ser possível acabar com a guerra em Moçambique através da força das armas, sendo necessário recorrer «a outros meios possíveis».

Nchola, que falava quarta-feira durante uma reunião do Governo Provin-

cial, referiu que «mais do que nunca somos (moçambicanos) obrigados a outros meios ao nosso alcance para acabarmos com a guerra».

O encontro teve por objectivo debater formas de reactivar a divulgação da lei da amnistia e do perdão, que segundo dados gover-

namentais, já abrangeu mais de 3.000 rebeldes nos 18 meses da sua vigência.

Jorge Rebelo, membro do Bureau Político moçambicano, havia referido igualmente durante a semana passada a necessidade de «ver se não haverá outros caminhos para que a guerra acabe no país, além das armas».

Rebelo falava durante uma reunião do Partido Frelimo, ao nível da cidade do Maputo, tendo realçado a necessidade de «convencer os mentores da guerra de que não é do seu interesse continuar a matar e a destruir em Moçambique».

As medidas de reestruturação e disciplina nas Forças Armadas de Moçambique prosseguiram entretanto esta semana, com a punição de infractores, tendo sido condenados quarta-feira a penas de oito anos e meio de prisão dois militares acusados de violação das regras de serviço e de abandono de meios de execução da guerra.

Os condenados foram identificados como José António Cabral e Sithoi Mondlane.